



Implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados na Administração Pública



Implementação do Regulamento Geral de Proteção de Dados na Administração Pública

1. Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD): Resumo e conceitos gerais do diploma
2. Dados pessoais: definição, direitos dos titulares dos dados, valor social e económico dos dados pessoais
3. Implementação do RGPD na Administração Pública

RGPD: Resumo e conceitos do diploma

Quem?

Regulamento aprovado em 2016 pelo Parlamento Europeu e pelo Conselho da União Europeia.

Quando?

Entrou em vigor a 25/05/2018, sem necessidade de publicação de legislação nacional.

Para quê?

Principal objetivo foi uniformizar regras sobre proteção de dados pessoais e garantir que as regras aplicáveis são relativas à localização do titular dos dados e não onde os dados são tratados



RGPD: Resumo e conceitos do diploma

Qual é o valor da multa??

No nº 5 do artigo 83º é definido o valor da coimas até 20 000 000 EUR ou, no caso de uma empresa, até 4 % do seu volume de negócios anual (consoante o montante que for mais elevado)



RGPD: Resumo e conceitos do diploma

Quem é obrigado a cumprir?

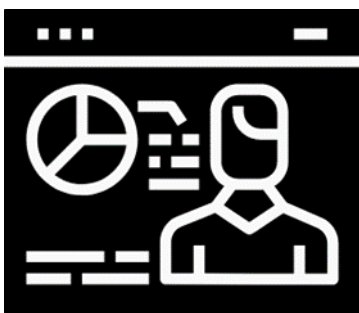


Obriga a que as entidades (públicas e privadas) que se relacionem com dados pessoais da União Europeia (EU) cumpram regras de informação, transparência lealdade.

- Não importa se os dados são processados fora da EU
- Não importa se os dados recolhidos pertencem a cidadãos que não tenham nacionalidade ou residência permanente na EU.

RGPD: Resumo e conceitos do diploma

O que está excluído?



Pessoas singulares

Dados pessoais relativos a pessoas coletivas

Assuntos relacionados com: segurança nacional, política externa, segurança comum da União

Informações anónimas

Dados pessoais de pessoas falecidas

Dados pessoais sensíveis relativos à saúde para matéria de saúde pública, prevenção e controlo de doenças transmissíveis, fins de arquivo de interesse público, investigação científica e fins estatísticos.

RGPD: Resumo e conceitos do diploma

Direitos dos titulares dos dados



1. Direito à informação
2. Direito de acesso
3. Direito de retificação e eliminação
4. Direito de apagamento
5. Direito de oposição
6. Direito à portabilidade dos dados
7. Direito à proteção contra decisões automáticas

RGPD: Resumo e conceitos do diploma

Princípios da Proteção de dados

1. Princípio do tratamento lícito, leal e transparência
2. Princípio da limitação de finalidades
3. Princípio da minimização dos dados
4. Princípio da exatidão
5. Princípio da limitação da conservação
6. Princípio da integridade e confidencialidade dos dados



Dados Pessoais: definição

ELEMENTOS RELATIVOS A UMA PESSOA SINGULAR QUE O IDENTIFIQUE OU TORNE IDENTIFICÁVEL.



- Nome
- Sexo
- Ocupação
- Localização
- NIF
- N.º C. Cidadão
- *IP adress*
- Raça
- Etnia
- Convicções Filosóficas ou Religiosas
- Opiniões políticas, filiação sindical
- Orientação sexual
- Dados de Saúde (ex. dados genético)

Dados Pessoais Sensíveis

Tratamento de dados pessoais sensíveis: permitido quando previsto no direito da União ou dos Estados-Membros e sujeito a salvaguardas adequadas, de forma a proteger os dados pessoais e outros direitos fundamentais, caso tal seja do interesse público.

Tratamento de dados pessoais sensíveis relativos à saúde: Como objetivo o interesse das pessoas singulares e da sociedade no seu todo, nomeadamente gestão dos serviços e sistemas de saúde, de ação social, monitorização e alerta em matéria de saúde, ou para fins de arquivo de interesse público, para fins de investigação científica ou histórica ou para fins estatísticos baseados no direito da União ou dos Estados-Membros.

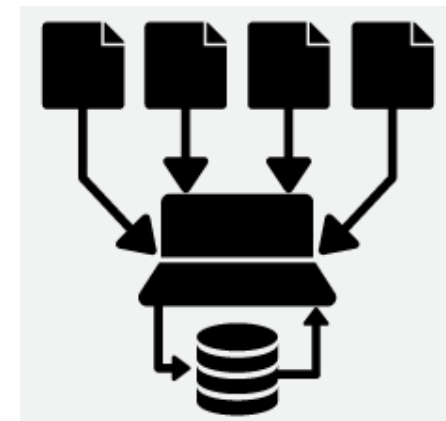


Os dados pessoais e a sociedade

Para o sector privado os dados pessoais dos cidadãos um valor monetário real.

São a matéria-prima de uma nova economia global a chamada “economia digital” ou “economia dos dados” na qual a informação pessoal das pessoas é recolhida, tratada e acumulada como se tratasse de capital.

Criar perfis para dirigir publicidade personalizada, para otimizar sistemas, desde a produção industrial até à gestão de serviços públicos, criar modelos probabilísticos baseados em dados...



Os dados pessoais e a sociedade

Com a utilização generalizada de aparelhos eletrónicos “*smart*” aspetos do dia-a-dia dos indivíduos (distância percorrida, localização geográfica, páginas de internet visitadas...) ficam registados e essa informação é capitalizada pelas grandes empresas

Mudança de cidadão consumidor, para um cidadão produtor de dados (avaliação do seu comportamento “*online*”) e conseqüentemente é gerador de valor económico.



Os dados pessoais e a Administração Pública (AP)

As administrações públicas dos países necessitam dos dados pessoais dos seus cidadãos para poderem executar as suas missões

Historicamente a informação recolhida e mantida em papel, o que tornava a informação mais difícil de consultar e partilhar.

Com a crescente informatização da AP pretendia-se que os dados digitais dos cidadão deixassem de ser estáticos para serem integrados numa rede de distribuição e integração desses mesmos dados



Implementação do RGPD na Administração Pública

1. Início Projeto
2. Inventariar e Diagnosticar
3. Avaliar compatibilidade e implementar correções
4. Criar procedimentos e processos
5. Implementar medidas de compatibilidade tecnológica
6. Criar dossier de auditoria de RGPD
7. Formar e avaliar o impacto da implementação do RGPD na organização





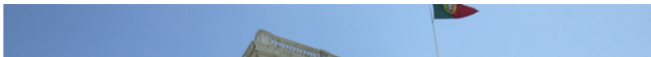
Implementação do RGPD no AP

INÍCIO / SOCIEDADE

Mais de metade das câmaras municipais viola Regulamento Geral de Proteção de Dados

Das 308 câmaras municipais do país, apenas 131 (48%) comunicaram à Comissão Nacional de Proteção de Dados (CNPD) a identidade do encarregado de proteção de dados, noticia o Jornal de Notícias.

DN/Lusa
22 Junho 2021 — 09:06



SAÚDE /

CORONAVÍRUS

Seguir

Siga o tópico Coronavírus e receba um alerta assim que um novo artigo é publicado.



Agência Lusa
Texto

31 ago 2021, 17:35 1

Dados de testes da Covid-19 de 700 mil franceses divulgados na internet

700 mil nomes, datas de nascimento, moradas, números de telefone e resultados de testes à Covid-19 foram tornados públicos devido a um:



MERCADOS

19.10.2018 às 11h21



HUGO SÉNECA



INÍCIO / SOCIEDADE

Seguir

Siga o tópico Sociedade e receba um alerta assim que um novo artigo é publicado.

Governo diz que não tem legitimidade para orientar autarquias sobre proteção de dados

A aplicação do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados às autarquias locais "não é matéria que compete à tutela do Estado", defende a ministra da Modernização do Estado.

OUVIR RÁDIO

OBSERVADOR

Assinar



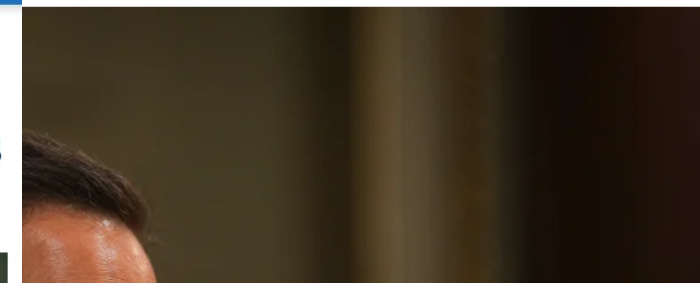
PAÍS / CÂMARA MUNICIPAL LISBOA

Seguir

Comissão de Dados acusa Câmara de Lisboa de 225 infrações por ter divulgado dados pessoais de manifestantes

NPD acusa autarquia de enviar dados pessoais sem necessidade para vários organismos. E acusa-a de mais de 200 infrações puníveis até 20 milhões de euros cada.

CNPD: Hospital do Barreiro multado em 400 mil euros por permitir acessos indevidos a processos clínicos



Implementação do RGPD no INSA

O que mudou no INSA com implementação do RGPD?

-...





Obrigada pela vossa atenção!